

MARCO AURÉLIO BORGES DE PAULA
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO

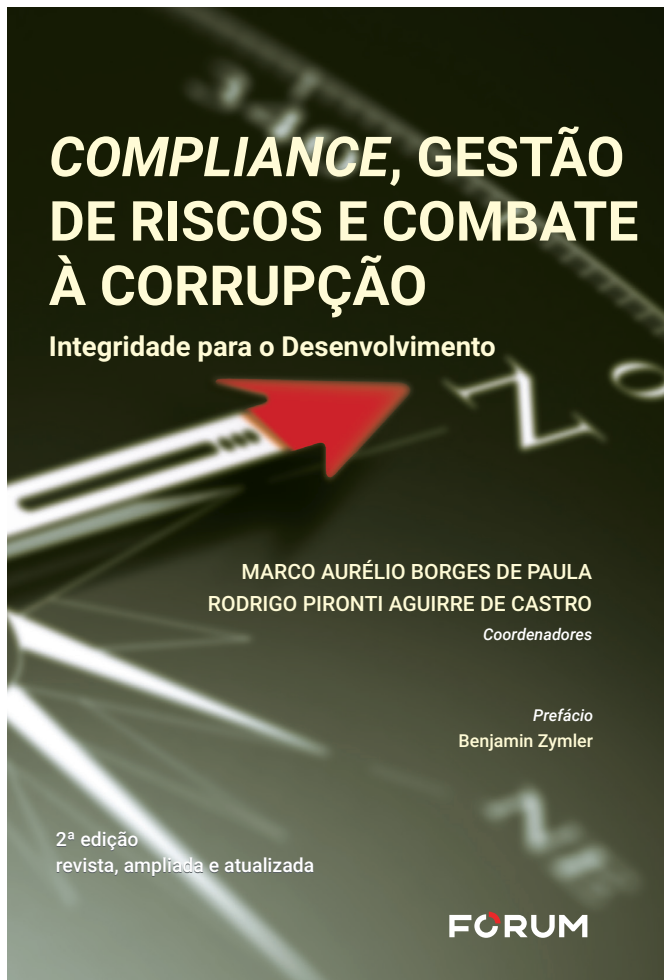
Coordenadores

Prefácio
Benjamin Zymler

COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

INTEGRIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO

2ª edição revista, ampliada e atualizada



Este livro é o resultado de um esforço conjunto de estudiosos e profissionais atuantes nas áreas de ética, *compliance*, combate à corrupção e gestão de riscos. Seu conteúdo teórico e prático expõe o que há de mais atual nestes temas, sobretudo no campo da boa governança pública, o que remete o leitor à razão pela qual tais áreas são criadas e reforçadas: o desenvolvimento centrado na pessoa humana. Neste sentido, o presente trabalho vem preencher uma lacuna na abordagem dos programas de integridade ou de *compliance* na Administração Pública. Destina-se a profissionais, estudantes, legisladores e gestores.

Área específica

COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS,
GOVERNANÇA

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PÚBLICO,
DIREITO ECONÔMICO, DIREITOS HUMANOS

Público-alvo/consumidores

Profissionais, estudantes, legisladores e gestores

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001746

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Benjamin Zymler 17

EFEITOS DA CORRUPÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Marco Aurélio Borges de Paula 21

O COMBATE À CORRUPÇÃO SOB A ÓTICA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reynaldo Goto 45

EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL

Jorge Hage 53

OS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NA ITÁLIA

Michele Corradino 63

1 Introdução 63

2 A Lei nº 190, de 6.11.2012. A criação de um “sistema quadro” (sistema de diretrizes fundamentais) contra a corrupção 65

3 A transparência em função da anticorrupção 68

4 A nova disciplina da “impossibilidade de atribuir” cargos de direção e cargos de responsabilidade administrativa de vértice e da “incompatibilidade” entre esses cargos e o desempenho de funções públicas eletivas ou titularidade de interesses privados..... 71

5 O Decreto-Lei nº 90 de 2014: a supressão da Autoridade de Vigilância de Contratos Públicos de Trabalhos, Serviços e Suprimentos (AVCP) e o fortalecimento da ANAC 73

6 A reforma do sistema contratual público 76

7 O *Freedom of Information Act* “italiano” 79

8 Considerações finais..... 81

A CONSUMAÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO ACTIVA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA E O ESPECÍFICO PROBLEMA DO INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL DO PROCEDIMENTO CRIMINAL

Rui Patrício, Tiago Coelho Magalhães 83

I *Um sinal dos tempos*: a corrupção como comportamento desvalioso... 83

II Da construção do tipo incriminador de corrupção activa: entre a *alternatividade* das condutas e o momento da consumação do ilícito.. 85

III *E tudo o tempo levou*: o início da contagem do prazo de prescrição do procedimento criminal pela prática do ilícito de corrupção activa..... 93

IV Esboçando algumas conclusões..... 99

PROGRAMAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO: IMPORTÂNCIA E ELEMENTOS ESSENCIAIS

Wagner Giovanini 101

1 Introdução 101

2 A importância dos programas de *compliance*..... 102

3 Elementos..... 103

4 Pilares 103

5 O exemplo vem de cima 104

6 Recursos para o *compliance* 104

7 Pessoa certa no lugar certo 105

8 Funções do *compliance officer* no dia a dia 105

9 Normas, procedimentos e código de conduta..... 107

10	Gestão de risco	108
11	Processos e controles.....	108
12	Comunicação como sustentação essencial	109
13	Treinamento	110
14	Canal de denúncias	111
15	Investigação e remediação	113
16	Monitoramento / auditoria / melhoria contínua	114
17	O que é um programa efetivo?	114
18	Mecanismo de integridade <i>versus</i> mecanismo de proteção.....	115
	Referências.....	117

MECANISMO DE INTEGRIDADE OU ARMA PARA PROTEÇÃO?

Wagner Giovanini	119	
1	Introdução	119
2	Integridade ou proteção	120
3	Programa de <i>compliance</i> e mecanismo de integridade	121
4	Medidas mitigadoras	122
5	<i>Due diligence</i>	123
6	Código de conduta para o terceiro assinar	126
7	Cláusulas de <i>compliance</i> nos contratos.....	127
8	Treinamento para os terceiros	128
9	Auditorias de <i>compliance</i> nos terceiros.....	129
10	Qual a solução?	129
11	Certificação – complemento necessário para a solução proposta	131
12	Orientações finais	132
13	Conclusão	133
	Referências.....	134

O PAPEL DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE NOS NEGÓCIOS

Marcelo Zenkner	135	
1	A busca de um conceito de integridade.....	135
2	“Teoria dos jogos” e corrupção.....	142
3	Modelos empresariais de enfrentamento das práticas corruptas.....	147
3.1	Enfrentamento da corrupção no plano individual – A “teoria do agente-principal”	150
3.2	Enfrentamento da corrupção no plano coletivo – A “teoria da ação coletiva”	152
4	Importância e modalidades de ações coletivas na promoção da integridade empresarial.....	155
4.1	Declarações anticorrupção	157
4.2	Iniciativas baseadas em princípios.....	158
4.3	Certificações de compromisso empresariais	159
4.4	Pactos de integridade (cláusulas anticorrupção)	161
	Conclusão	163
	Referências.....	164

POR UMA CULTURA DE INTEGRIDADE AGORA

Belisário dos Santos Jr., Angélica Petian	167	
1	Introdução	167
2	Breves considerações sobre a evolução do conceito de corrupção....	169
3	O mapa-múndi da corrupção – O relatório da Transparency International	171
4	Uma questão de cultura – Por uma política pública de integridade.....	172
5	Tudo para o bem da democracia	174
6	Em conclusão	175

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E A LEI ANTICORRUPÇÃO

Cristiana Fortini	177	
1	Introdução	177

2	Governança e programas de integridade.....	178
3	Programas de integridade e a Lei Anticorrupção.....	179
4	De toda forma, a valorização legal foi expressa.....	179
5	Conteúdo dos programas de integridade.....	181
6	Conclusão	184

COMO TRABALHAR A FAMOSA CULTURA DE COMPLIANCE

Antonio Carlos Hencsey	187
Introdução	187
Cultura empresarial	188
Cultura dos fundadores.....	191
Cultura do país onde está a matriz.....	193
Cultura do país onde está a filial.....	194
Cultura do segmento.....	194
Cultura trazida individualmente pelos colaboradores.....	195
Subculturas internas corporativas.....	196
Pilares de uma cultura de <i>compliance</i>	196
Valores.....	198
Programa de <i>compliance</i>	199
Conhecimento	199
Compreensão	200
Crenças.....	201
Escuta	202
Educação.....	203
Ensino.....	203
Como trabalhar a apresentação das regras.....	204
Conclusão	205

COMUNICAÇÃO DE COMPLIANCE – MAS SEM USAR A PALAVRA “COMPLIANCE”

Alexandre da Cunha Serpa	207
Comunicação de <i>compliance</i>	208

WHISTLEBLOWING NO AMBIENTE CORPORATIVO – STANDARDS INTERNACIONAIS PARA SUA APLICAÇÃO NO BRASIL

André Castro Carvalho, Tiago Cripta Alvim	217
1 Introdução e balizamento do tema	217
1.1 Fundamento do <i>whistleblowing</i>	218
1.2 Quem seria o soprador?.....	220
1.3 Por quais motivos alguém sopraria o apito?	221
2 Conceito de <i>whistleblowing</i>	223
3 Princípio norteador do <i>whistleblowing</i>	224
4 Marcos legais do <i>whistleblowing</i>	227
5 Recompensa.....	231
6 O princípio do <i>qui tam</i> no direito norte-americano	233
7 O sistema de recompensa previsto no <i>Dodd-Frank Act</i>	236
8 Evitando o <i>bountyhunter</i> no <i>whistleblowing</i> : estabelecer uma recompensa ou uma compensação?.....	238
9 Conclusão	240
Referências	241

INVESTIGAÇÕES CORPORATIVAS E COMPLIANCE

Giovani Agostini Saavedra	245
1 <i>Compliance</i>	245
2 Elementos principais de uma investigação corporativa	248
3 Investigações corporativas e reporte às autoridades: o que podemos aprender com a experiência dos EUA.....	250
Considerações finais.....	251

IMPLEMENTAÇÃO DO COMPLIANCE E IMPACTOS NA ADVOCACIA

Roberta Codignoto	253
<i>Compliance</i> de dentro para fora.....	256
Dicas e melhores práticas para os gestores jurídicos	259
Dicas e melhores práticas para os escritórios	260
<i>Compliance</i> de fora para dentro	260
Por onde começar?	261
Quais são as ferramentas demonstram o comprometimento?.....	262
O que é a avaliação de riscos e por que é tão importante?	263
As políticas e o Código de Ética ou Conduta	265
Os famosos e polêmicos “canais de denúncias”	267
Comunicação e treinamento – ferramentas muito importantes para a efetividade do programa	268
Programa pronto! Então acabou?.....	269
Conclusão	270

COMPLIANCE EM EMPRESAS ESTATAIS. PADRÕES INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Shin Jae Kim, Renata Muzzi, Giovanni Falcetta, Thaís Toledo Longo .. 273

1	Introdução	273
2	Conceito de empresa estatal no Brasil	277
3	Padrões internacionais	279
3.1	FCPA e UKBA	279
3.2	Convenções internacionais.....	282
3.2.1	Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA), firmada em 29.3.1996, em Caracas, Venezuela (CICC)	282
3.2.2	Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), firmada em 17.12.1997 (Convenção da OCDE)	283
3.2.3	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, aprovada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2003 (CNUCC)	284
4	Legislação brasileira sobre <i>compliance</i> aplicável a empresas estatais.....	285
4.1	Breves considerações sobre o marco regulatório anticorrupção	285
4.2	A Lei das Estatais e as disposições sobre <i>compliance</i>	287
4.3	Demais normativos sobre <i>compliance</i>	291
5	Programa de <i>compliance</i> nas estatais: importância e diretrizes para implantação e/ou aprimoramento.....	292
5.1	Panorama dos programas de <i>compliance</i> de empresas estatais federais	292
5.2	Diretrizes de um programa de <i>compliance</i> para empresas estatais....	295
5.2.1	Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade.....	296
5.2.2	Análise periódica de riscos.....	298
5.2.3	Estruturação e implementação de políticas e procedimentos.....	298
5.2.4	Comunicação e treinamento	300
5.2.5	Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades	301
6	Principais desafios de <i>compliance</i> nas empresas estatais	302

EXIGÊNCIA DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE NAS LICITAÇÕES

Fernando Vernalha Guimarães, Érica Miranda dos Santos Requi

1	Introdução	305
2	O combate à corrupção como um fim extraeconômico da licitação ...	307
3	O combate à corrupção como um objetivo econômico da licitação ...	309
4	A exigência de <i>compliance</i> no sistema de contratações públicas e a experiência internacional	311

5	A exigência de <i>compliance</i> como requisito de participação na licitação à luz do regime jurídico nacional	313
---	--	-----

INTEGRIDADE E POLÍTICA DE COMPRAS PÚBLICAS NO PLS Nº 303/2016-2016: MODERNO CONTROLE ADMINISTRATIVO FUNDADO NA ÉTICA E NO RISCO

Antonio Fonseca	319	
1	Introdução: fundamentos do PLS nº 303 de 2016	319
2	Princípios e conceitos gerais	321
3	Estratégias: objetivos e planos de ação.....	322
3.1	Deveres do Poder Público e da coletividade – Art. 4º	322
3.2	Órgãos de colaboração – Art. 6º, parágrafo único c.c. art. 36	322
3.3	Papel das ouvidorias – Art. 7º.....	323
3.4	Teste de integridade – Art. 10, VI	323
3.5	Carta anual – Art. 10, VII.....	327
3.6	Representação de interesse ou atividade de <i>lobby</i> – Art. 11	327
3.7	Práticas e diretrizes de compras e contratações – Art. 19, §1º, VII	327
4	Integridade nas licitações e contratos públicos.....	328
4.1	Estratégia de integridade – Art. 21.....	328
4.2	Adicional à programa de integridade como critério de desempate em licitações – Art. 25.....	328
4.3	Sistema integrado de conformidade – Art. 26	329
4.4	Disposições aplicáveis a setores específicos – Arts. 29 a 34.....	331
5	Destaque final	333

A ANÁLISE PATRIMONIAL DE AGENTES PÚBLICOS COMO FERRAMENTA DE PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE

Mário Vinícius Claussen Spinelli	335	
1	Análise patrimonial dos agentes públicos: conceito, abrangência e objetivos	335
1.1	A identificação de situações que possam caracterizar o enriquecimento ilícito	336
1.2	A prevenção e o combate ao conflito de interesses	336
1.3	O sequestro de bens e o bloqueio de valores.....	337
1.4	A proteção aos bons funcionários com relação a denúncias infundadas de enriquecimento ilícito.....	337
1.5	A redução da impunidade nos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.....	338
2	Contexto histórico e panorama geral.....	338
3	Análise patrimonial nas convenções internacionais contra a corrupção	339
3.1	A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	339
3.2	A Convenção Interamericana contra a Corrupção	339
4	O enriquecimento ilícito como ato de improbidade administrativa	340
5	A quem cabe o monitoramento da evolução patrimonial?	342
6	As declarações de bens e valores.....	343
6.1	Preenchimento de formulário escrito	344
6.2	Autorização expressa para acesso à ficha “Bens e Direitos” na Declaração Anual de Imposto de Renda.....	345
6.3	Uso de sistemas informatizados específicos para o registro das declarações de bens.....	345
7	Entendendo a metodologia de análise patrimonial.....	348
7.1	Exame sistemático	348
7.2	Exame assistemático.....	349
8	O rito até o processo disciplinar.....	350
8.1	Avaliação preliminar.....	350
8.2	Sindicância patrimonial.....	351
8.3	Processo administrativo disciplinar.....	353
	Considerações finais.....	353
	Referências	354

INSTRUMENTOS DE COMBATE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB UMA PERSPECTIVA GERENCIAL

Rafael Porto Lovato	357
1 Introdução	357
2 Breves noções sobre o controle da Administração Pública e a corrupção como fenômeno complexo e multifacetário	358
3 Combate à corrupção na esfera pública e desenvolvimento.....	361
4 Instrumentos de combate e prevenção à corrupção na Administração Pública sob uma perspectiva gerencial	366
5 Considerações finais: desafios a serem superados	370
Referências.....	370

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO PARA A DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICAS VOLTADOS À PREVENÇÃO E AO COMBATE DA CORRUPÇÃO NO BRASIL: O CASO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2013-2016)

Gustavo Justino de Oliveira	373
1 Introdução	373
2 A abertura do governo para a inserção da sociedade civil no controle e no combate dos atos de corrupção e a importância da capacitação dos cidadãos universitários para atuarem como disseminadores da cultura anticorrupção no Brasil.....	375
3 A FDUSP e a inclusão definitiva na agenda acadêmica brasileira do estudo qualificado sobre corrupção na Administração Pública: o processo metodológico de desenvolvimento da matéria e os resultados obtidos	378
4 Considerações finais.....	387
Referências.....	388

PROJETO CAPITÃES COMPLIANCE

Anne Caroline Gonçalves Marques de Medeiros Prudêncio, Christian Karl de Lamboy, Marcelo Henrique Lapolla Aguiar Andrade	391
1 Introdução	391
2 Proposta de educação anticorrupção nas escolas	392
2.1 Chile Transparente – Projeto <i>Promoviendo valores ciudadanos desde la escuela</i>	393
2.2 <i>Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania</i> , do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.....	395
3 O Projeto Capitães <i>Compliance</i>	396

GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO DE RISCOS: TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Irene Patrícia Nohara	399
1 Introdução	399
2 Incorporação da governança pública e da gestão de riscos no direito administrativo	400
3 Gestão de riscos e estratégia	403
4 Sociedade de risco, invisibilidade dos riscos e princípios da prevenção e da precaução	406
5 Desafios de adaptação da cultura organizacional à gestão de riscos	409
6 Conclusões.....	412
Referências.....	413

PANORAMA INTERNACIONAL E BRASILEIRO DA GOVERNANÇA, RISCOS, CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO

Juliana Oliveira Nascimento	415
1 Introdução	415
2 Governança, gestão de riscos e controles internos	416

2.1	Governança pública.....	416
2.2	Gestão dos riscos e controles internos.....	425
3	<i>Compliance</i> público.....	430
3.1	Aspectos internacionais do <i>compliance</i> público	431
3.2	<i>Compliance</i> público em outros países.....	432
3.2.1	Estados Unidos	432
3.2.2	Itália	433
3.2.3	Holanda.....	434
3.2.4	Alemanha.....	434
4	<i>Compliance</i> público no Brasil: Programa de Integridade Pública	435
5	Considerações finais.....	439
	Referências.....	441

A ARTE E A TÉCNICA DE IDENTIFICAR RISCOS

Franklin Brasil	445
-----------------------	-----

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA ABNT NBR ISO 31000:2009 (GESTÃO DE RISCOS) E SUA APLICABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA

Felipe Bezerra da Silva	459	
1	Contextualização	459
2	Como a norma conceitua riscos e sua gestão	461
3	Princípios para uma gestão de riscos eficaz	464
4	A estrutura proposta pela norma.....	465
5	O processo proposto pela norma	466
6	Sobre o guia de implementação e técnicas para o processo de avaliação de riscos da ABNT NBR ISO 31000	467
7	Da gestão de riscos na Administração Pública direta e indireta	468
8	Conclusão	473
	Referências.....	473

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL E NO MUNDO

Luciano Ferraz, Thiago Ferreira Almeida	475	
1	Introdução	475
2	Desenvolvimento.....	477
2.1	Panorama das parcerias em infraestrutura na Europa e BRICS	477
2.2	Panorama das parcerias público privadas no Brasil e PPI	494
3	Conclusão	505
	Referências.....	506

DESMISTIFICANDO A ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE RISCOS NOS CONTRATOS CELEBRADOS POR EMPRESAS ESTATAIS

Rodrigo Pironti	509	
1	O problema.....	509
2	A teoria das áleas na sistemática da Lei nº 8.666/93.....	509
3	A matriz de riscos dos contratos de concessão e PPPs	510
4	A Lei das Estatais e a exigência de matriz de risco nas contratações	512
5	A cláusula de matriz de risco nos contratos administrativos das estatais	515
6	Desmistificando a elaboração da matriz de risco nos contratos das estatais.....	517
	Referências.....	523

SOBRE OS AUTORES	525
-------------------------------	-----